MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 3/2017

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

17/05/2017

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos dezassete dias do mês de maio de dois mil e dezassete, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.mo Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.ª Secretário, e pela Sr.ª Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia:----------

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):----------

-----PONTO UM: 3.ª Alteração do PDM – aprovação final, nos termos do disposto no D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio ----------

-----PONTO DOIS: Apreciação do projeto da Lusiaves: discussão dos possíveis impactos ambientais e outros decorrentes da atividade das unidades a instalar no Concelho de Mira ----------

-----PONTO TRÊS: Hasta pública para a concessão de espaços públicos para a instalação de estruturas destinadas à afixação de publicidade estática no Concelho de Mira – Autorização, nos termos do disposto na alínea p), no n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.----------

-----PRESENÇA DO EXECUTIVO----------

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e do Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez. ----------

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL----------

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Carlos Jorge dos Santos Nora, Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, em substituição do Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco,

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhano, Eng.º Rui Miguel dos Santos Terrível, João Maria Nogueira, Enf.º Manuel Ferreira Inocêncio, Prof.ª Zélia Domingues Morais, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Sr. Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Sr. Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Sr. Gabriel Miranda Pinho. ----------

-----FALTAS ----------

-----Verificou-se a falta do Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro e do Sr. Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, substituído pelo Sr. Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro.----------

-----HORA DE ABERTURA ----------

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e vinte minutos após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. ----------

-----INFORMAÇÕES ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por cumprimentar todos os presentes, informando o público presente que, tratando-se de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, de acordo com o regimento, não haveria lugar ao período de "intervenção do público". ----------

-----De seguida passou ao "Período da Ordem do Dia". ----------

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): **----------**

-----PONTO UM: 3.ª Alteração do PDM – aprovação final, nos termos do disposto no D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio ----------

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: ----------

-----O Sr. **Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes, em especial ao público, naquele dia em número superior ao habitual. -----Sublinhou que naquela terceira alteração ao PDM não poderia deixar de referir o empenho dos funcionários do Município que tinham feito um esforço no sentido de manter o atendimento em funcionamento durante os fins-de-semana, na Sexta-feira Santa e até no próprio dia de Páscoa, para que aquela alteração pudesse ter prazos mais reduzidos. ----------

-----Esclareceu que aquela alteração tinha que ver essencialmente com o número de lugares de estacionamento e com a cércea, na Zona Industrial do Montalvo. ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. ----------

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que cumprimentos todos os presentes. ----------

-----Relativamente à alteração do PDM manifestou o seu agrado, na medida em se tratava de situações que tinham que ser resolvidas. No entanto, disse, faltavam outras que seriam contempladas numa quarta alteração, referindo-se aos termos de referência das Zonas Industriais e outras atividades económicas fora daquelas áreas. ----------

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que cumprimentou todos os presentes. ----------

-----Começou por reforçar as palavras do Sr. Presidente da Câmara, relativas ao esforço dos funcionários para que aquela alteração fosse cumprida durante o menor tempo possível. Deu também os parabéns a quem tinha elaborado o documento porque apesar de ser muito extenso, depois de o ler atentamente, tinha ficado bastante esclarecido. ----------

-----Nesse contexto perguntou qual o motivo para o processo de "desclassificação" do solo na área onde estava previsto o campo de Golfe não

ter sido incluído naquela revisão e se passava para uma quarta alteração, bem como qual a justificação para efetuar duas alterações e não fazer tudo num só procedimento.----------

-----Referiu o documento em discussão, na página 83 do pdf, onde se podia ler: -----"*... é entendimento desta Câmara Municipal que este processo da 3.ª alteração do PDM não deverá ser objeto de avaliação ambiental, uma vez que as suas iniciativas não são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, pelas razões que a seguir se enumeram:* ----------

-----a) Não se prevê a aprovação de projetos mencionados nos Anexos I e II do DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro;..."----------

-----Considerou que, a não ser que já soubessem o que iria acontecer aos outros lotes do Montalvo, o "não se prever" não era uma garantia, pelo que perguntou, se surgisse algum investimento que se encaixasse naquele Anexo I e II do referido decreto-lei, se seria ou não obrigatória a Avaliação Ambiental.----------

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que cumprimentou todos os presentes.----------

-----Mostrou-se inicialmente apreensivo quanto ao conteúdo da revisão, o que se tinha clarificado após a leitura do documento. No entanto referiu a existência de uma tabela com os aspetos ambientais relevantes para aquela alteração do PDM, onde todos tinham sido classificados como "sem impacto", mas se quisessem aprofundar a questão talvez existissem realmente impactos. Contudo concordou que não existia nada demasiado importante que o levasse a ser contra aquela alteração, propriamente dita. ----------

-----Referiu a questão dos estacionamento, relacionado com o ordenamento do território, ter espaços livre e permitir a circulação, o que, na sua perspetiva, continuava a ser demasiado restritivo, dado que o próprio conceito de mobilidade estava a sofrer uma grande alteração, o que dentro de cinco anos estaria completamente desadequado. No entanto, disse também, que não sabia se com

isso estariam a criar demasiados obstáculos à instalação de determinados equipamentos ou indústrias. ----------

-----Concluiu que se tratavam de pequenas questões de pormenor que poderiam ser alteradas noutra altura, quando as condições de mobilidade de alterassem.

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. ----------

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): ----------

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por responder que tinha havido uma separação entre a terceira e a quarta alterações por uma questão de tempos, dado que a terceira alteração não implicava Avaliação Estratégica Ambiental, o que não se verificava na outra situação, o que demorava muito mais tempo. Naquele caso concreto, tratava-se de uma alteração regulamentar. ------

-----Quanto à necessidade de Estudo de Impacto Ambiental, dependendo do tipo de indústria, a questão aplicar-se-ia ou não, mas não era naquele momento que se definia a situação.----------

-----Respondeu ao Sr. Eng.º Calisto Coquim que havia redução do número de estacionamentos e deu como exemplo os estacionamentos no Polo II, ou seja, o índice de estacionamento definido era desproporcional para o tipo de indústria lá existente. ----------

-----Sublinhou que a alteração do PDM para o Montalvo seria muito mais rápida, podendo a "*Lusiaves*", o Executivo e aquela Assembleia Municipal, se assim o entendessem, instalar a parte da fábrica das rações e da incubação. A quarta alteração, que implicaria outos estudos ambientais, seria feita numa fase posterior. ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia uma nova ronda de intervenções.----------

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:----------

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que cumprimentou todos os presentes. ----------

-----Começou por referir que não poderia deixar de referir o assunto com que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tinha iniciado aquela sessão, designadamente a presença do público, a quem saudou, em seu nome e em nome da Freguesia da Praia de Mira. ----------

-----Considerou que muitas vezes havia menção ao desejo de ver mais público em sessões da Assembleia Municipal ou reuniões da Câmara Municipal, bem como da possibilidade de abrir mais a discussão ao público. Quando o público comparecia, pese embora o Regimento não o previsse em sessões extraordinárias, poderia ser-lhe dada a palavra, caso alguém manifestasse vontade em intervir. ----------

-----Passando concretamente ao assunto em discussão, perguntou se aquela sessão extraordinária tinha sido marcada exclusivamente por causa da parte relativa à "*Lusiaves*", ou se toda a dimensão do documento a justificava. Acrescentou que existiam situações, dentro daquela alteração do PDM, que poderiam não interessar única e exclusivamente à referida empresa. ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** informou o público de que o Regimento da Assembleia Municipal tinha sido votado naquele órgão e como tal as sessões extraordinárias eram marcadas com assuntos definidos previamente. Lamentou por isso não ser possível a intervenção do público. No entanto convidou o público presente para que comparecesse na sessão ordinária seguinte, que seria a vinte e oito de junho, altura em que teriam todo o direito de intervir. ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu novamente a palavra aos Membros da Assembleia. ----------

-----Interveio o Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) que cumprimentou todos os presentes. ----------

-----Considerou que aquela alteração do PDM não trazia nada de significativo, mas antes pequenas alterações pontuais que estavam a ser feitas à medida de alguma situação que se previa que viesse a ocorrer. Acrescentou que não estavam a tentar criar lei geral e abstrata para o Concelho de Mira, mas a tentar criar lei para especificamente para algumas situações que estavam a incomodar e eventualmente a impedir algum investimento ligado a determinados setores. -

-----A questão que mais o preocupava naquele aspeto era, ao olhar para Concelhos vizinhos, como Cantanhede, na sua Zona Industrial, ver uma certa predominância de empresas ligadas a um setor específico, por exemplo biotecnologias e "*spin off's*". Afirmou mesmo que Cantanhede era o Município da Região Centro onde mais "*spin off's*" tinham sido alocadas.----------

-----Recordou que havia uns anos tinha sido aprovado naquele órgão uma eventual Zona Industrial, cujo Vice-Presidente, à data, tinha dito que existiam 60ha de terreno infraestruturado para compensar um investimento que, posteriormente, tinha acabado por não se verificar. Afirmou que os 60ha não existiam, na altura, portanto tinha sido dita uma "*inverdade*", tinham aprovado um projeto com base naquelas premissas, mas não era aquela a situação. ----------

-----O que verificava era que no Concelho de Mira começava a haver uma predominância de atividades industriais com uma forte carga de impacto a nível quer das populações, quer da imagem de um Concelho que se pretendia que fosse vocacionado para o turismo. Deu como exemplo a imprensa estrangeira onde podiam ler palavras do Sr. Presidente da Câmara de Mira a respeito das praias, dos recursos ambientais e de uma grande mais-valia que era toda aquela faixa costeira e de floresta.----------

-----Nesse âmbito afirmou que temia que Mira começasse a ser conotada com um tipo de investimento que inviabilizasse outros tipos de investimento. Porque certamente quando se permitia um investimento ligado ao setor da agropecuária ia impedir que outras indústrias vissem as referidas Zonas Industriais como atrativas. Mas contra isso, nada havia. Podiam alocar numa Zona Industrial um

conjunto de empresas conexas que tivessem alguma relação entre si. Podiam ver isso em Cantanhede, em Águeda, no setor ligado à metalúrgica, em Ílhavo também, e em Mira começavam a dispersar um pouco e a colocar indústrias, ora num lado ora noutro, colocando o centro da vila, portanto, toda a malha urbana e alguma zona florestal numa "cápsula" rodeada por um conjunto de empresas que podiam ser muito apelativas do ponto de vista económico, mas para outros setores não o seriam. ----------

-----Afirmou que era proprietário de uma unidade hoteleira e que se sentia preocupado, naquele aspeto, bem como outros investidores na área do turismo viam a situação com alguma preocupação. O seu receio era, ao não apontarem efetivamente a "mira" para onde pretendiam acertar, correr o risco de se dispersarem um pouco e perderem a oportunidade, ou criarem um fator, não de atratividade ou de alguma repulsa para outras atividades no Concelho. ----------

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que recordou que ainda não tinha tido resposta. ----------

-----Relativamente à tomada de posição do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que era legítima, que a respeitava claramente, no entanto a Assembleia Municipal era soberana e podia ou não abrir exceções. ----------

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. ----------

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): ----------

-----O Sr. **Presidente da Câmara**, a respeito da questão do Sr. Dr. Francisco Reigota, respondeu que aquela alteração se devia a várias situações, incluindo uma agropecuária nos Leitões, que era também uma das situações urgentes que havia necessidade de resolver. ----------

-----Quanto à intervenção do Sr. Dr. João Luís Pinho disse que não tinha percebido a questão, tendo perguntado se na Zona Industrial de Cantanhede

estariam apenas empresas ligadas ao "BioCant", o que considerou que não era ainda a realidade. Acrescentou que tinha conhecimento de duas empresas que estariam prestes a ser instaladas que tinham do "BioCant" e de resto existiam lá diversas indústrias. ----------

-----Em termos de espaços, considerou também que o Município de Mira não era muito grande nem tinha "assim tantas áreas" para Zonas Industriais. Quanto às "spin off's" considerou que havia ainda um caminho a percorrer. Retomando a questão das empresas agroalimentares, na Zona Industrial de Cantanhede, referiu a mudança de uma parte da empresa "Maçaricos" que se iria mudar para o Concelho vizinho.----------

-----Na mesma medida, um dos trabalhos desenvolvidos na Incubadora era precisamente captar alguns investimentos naquela área, acrescentando que, ainda no decorrer daquela semana, muito provavelmente poderia ir para o Montalvo uma indústria na área de Metalurgia, de tecnologia de ponta. No entanto só iria criar dez postos de trabalho, tratando-se de um investimento de dois milhões de euros.----------

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.----------

-----3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:----------

-----O Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) esclareceu que não se tinha referido a empresas que estivessem implementadas, mas às últimas que tinham vindo a ser implementadas. Acrescentou que o assunto tinha sido referido naquele mesmo dia, na TSF, pela Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. ----------

-----Portanto, disse, Cantanhede estava a tornar-se apelativa naquele setor e tinha pena que não tivessem conseguido fazer o mesmo em Mira, ligada à tecnologia da Incubadora. ----------

-----Concluiu que estava a referir-se a um sentir relativamente àqueles assuntos e não estavam simplesmente a aprovar algo que fosse completamente inócuo para os seguintes dez, quinze ou vinte anos. ----------

-----VOTAÇÃO ----------

-----Submetido a votação o ponto um da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com nove abstenções do Partido Socialista e os restantes votos a favor. ---------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia. ----------

-----PONTO DOIS: Apreciação do projeto da Lusiaves: discussão dos possíveis impactos ambientais e outros decorrentes da atividade das unidades a instalar no Concelho de Mira ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.----------

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, que cumprimentou todos os presentes. ----------

-----Recordou a visita promovida pela Câmara Municipal à "*Lusiaves*", tendo considerado que tinha servido para elucidar todos os participantes, quer do projeto, quer dos riscos, maiores ou menores. Na sua perspetiva tinha ficado satisfeito com o projeto. No entanto havia algumas "vozes críticas" que não gostavam do projeto, pelos cheiros ou por outros aspetos, opinião da qual não partilhava. ----------

-----Partilhou com os presentes que conhecia um proprietário de um aviário, em S. Joaninho, Santa Comba Dão, pessoa que mais lhe tinha incutido o "vício" pelo comércio. Recordou a sua experiência enquanto agricultor, altura em que, para adquirir estrume, se deslocava a Santa Comba Dão, cujos proprietários já na altura trabalhavam com a "Lusiaves". No presente, disse, os aviários eram muito mais modernos, e o certo era que o estrume dos animais de casa cheirava muito pior do que o dos aviários, que trabalhavam com casca e aparas de madeira, até

porque os frangos acabavam por estar sempre num local "enxuto", ao contrário do estrume de galinhas poedeiras, cujo cheiro era mais intenso, mas o pior mesmo era o dos porcos.----------

-----Referiu também que existia um aviário na Mealhada de onde era retirado, por dia, um camião de vinte e cinco toneladas de estrume e algum dele iria para a "Leal e Soares", que antes não tinha cheiros e naquele momento havia dias em que o cheiro era quase insuportável. A diferença estava na palha de arroz ou nas aparas de madeira, que juntamente com os dejetos, produziam um estrume com cheiro mais suportável, menos intenso do que outros.----------

-----Em conclusão disse que tinham tido dificuldades de investimento, por isso considerava que seria um bom investimento. Mas era apenas a sua opinião e não teria problemas em aceitar aquele investimento na sua Freguesia. ----------

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que começou por se reportar ao memorando da "*Lusiaves*", recordando que existia um documento assinado entre as duas partes para implementar um conjunto de empresas no Concelho. O investimento seria instalado em dois polos, um na área do Montalvo, a incubação e a fábrica de rações, outro, junto ao leque do Poço da Cruz, seria instalada a parte da criação de frangos. ----------

-----Na visita que tinham feito em conjunto, disse, tinha ficado "*maravilhado com a situação*", mas por outro lado tinha-se questionado qual seria o motivo para estar tudo parado. Acrescentou que gostava de ter visto tudo a funcionar, o que não tinha acontecido. ----------

-----Nesse âmbito mencionou que tinha entrado em contacto com alguns Municípios, nomeadamente nos serviços da área do ambiente, onde a "*Lusiaves*" estava instalada e não havia registos de que houvesse queixas. Acrescentou que se tratava de uma empresa certificada e que era a primeira, no setor avícola, a implementar um sistema de requisitos da norma portuguesa das 14000. Portanto, disse, além das normas 9000, na área da segurança, do sistema da qualidade e segurança alimentar de fornecedores, os requisitos alimentários da

norma 22000 de 2005, era uma questão de esperar que o processo técnico avançasse e ficar à cautela. ----------

-----Referiu que o deixava preocupado as emissões industriais, tais como o impacto nos recursos hídricos, na medida em que iam impermeabilizar solo, fazer estradas, pavilhões, portanto iria haver impacto nos recursos hídricos. Por outro lado, teriam que ter furos, uma vez que o Município não tinha capacidade de lhes fornecer água. ----------

-----Quanto aos efluentes pecuários, o estrume da casca de arroz, estaria sempre seco, na fase em que o frango estava a crescer, no momento da limpeza sairiam efluentes líquidos, que teriam que ter um tratamento diferente do que seria dado ao estrume. Naturalmente teriam que ter um plano de gestão de efluentes pecuários, aprovado na DRAP-C, onde constaria os destinos a dar aos efluentes líquidos e sólidos. ----------

-----No que respeitava às águas residuais similares a domésticas, disse que teriam que ser encaminhadas ou para uma fossa estanque ou poderiam ser introduzidos junto ao leque no Poço da Cruz, na "*AdCL*". ----------

-----Relativamente à qualidade de ar, as emissões atmosféricas, por aquilo que tinha visto do local, haveria sistemas de aquecimento dos pavilhões, o que provocaria emissões. No entanto, do que tinha visto, seria "insignificantes", ou seja, não teriam um impacto significativo na qualidade do ar. ----------

-----Quanto aos cadáveres de animais, considerou que teriam que ser encaminhados para locais adequados, naturalmente. ----------

-----No que dizia respeito ao impacto socioeconómico, considerou que o complexo a instalar, quer no Montalvo, quer na zona norte do Concelho, iria criar muitos postos de trabalho. ----------

-----A nível do ruído, ao nível sonoro, considerou que estava estabelecido nos regulamentos e não os passaria naquela atividade, com toda a certeza. ----------

-----Afirmou que todos aqueles fatores ambientais teriam medidas de proteção e minimização dos impactes decorrentes na emissão da licença ambiental, onde

estaria tudo definido. Considerou que aquele seria o momento certo para perceberem qual era a posição de cada um.----------

-----Considerou que, naquele momento, havia coisas que não estavam bem esclarecidas, nomeadamente naquela fase do projeto, em que estavam apenas num desenvolvimento negocial. Nesse contexto perguntou se o "*questionamento político*" procurava melhorar o projeto previsto pelo promotor ou se pretendia apenas "*imputar medo e colossais aldrabas*" aos cidadãos.----------

-----Considerou que não haveria razão para medos excessivos, que teria que ser respeitada a licença ambiental, que determinaria a construção e a obra física no terreno.----------

-----Mais perguntou se o "*questionamento político*" procurava apenas "*por em causa o desenvolvimento do Concelho*". ----------

-----Quanto à deslocalização do projeto para sul do Concelho, comentário que já tinha ouvido na rua, perguntou qual o motivo para uma localização diferente, uma vez que teriam que excluir mais solos da REN e da RAN, portanto criar outro tipo de utilização para outro local.----------

-----Concluiu que, na sua opinião e do MAR, havia três erros essenciais, em simultâneo, em todo o processo. Primeiro, "*o ciúme entre as forças político-partidárias de terem diferentes bolos para alimentar e calar as suas clientelas*".

-----O segundo era o dos "*calendários e lógicas partidárias*" que naquela fase apenas se fixavam no "*taticismo pré-eleitoral e eleitoral*" que se avizinhava.-----

-----O terceiro, disse, era a "*demonstração cabal de que as forças partidárias*" presentes naquele órgão e detentoras do poder municipal, continuavam a "*esquecer o Concelho e as gentes*" e apenas olhavam "*para o seu umbigo e interesses mesquinhos. Uns e outros apenas querem fazer favores aos interesses que representam*".----------

-----Continuou a sua intervenção com a leitura do seguinte texto: ----------

-----"Uns e outros, no poder e na oposição, tudo farão por si acabando por neutralizar qualquer desenvolvimento ou crescimento da nossa terra, inviabilizando a sua afirmação local, regional e nacional. ----------

-----Uns e outros são mais travão e empecilho ao desenvolvimento da nossa terra que os promotores, como de resto a história tem demonstrado com as diversas instalações de arte que há no nosso Concelho, começadas por uns, abandonadas por outros." ----------

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que começou por esclarecer que o documento que iria ler em seguida vinha em sequência de dúvidas levantadas numa sessão da Assembleia Municipal, em finais de dezembro de 2016, onde tinham sido levantadas algumas questões sobre o projeto, nomeadamente pelo próprio. Posteriormente a Câmara Municipal, juntamente com a empresa "*Lusiaves*", tinham oferecido uma visita às instalações, de modo a que as dúvidas ficassem esclarecidas. Na sequência da visita, disse, tinha tomado algumas notas e tinha feito o relatório que leu de seguida: ----------

-----"Comentários sobre o projeto da Lusiaves após visita às instalações no dia 26.04.2017----------

Alguns dos riscos levantados na reunião da Assembleia Municipal foram atenuados pelas observações efetuadas durante a visita às instalações, a saber:

-----A certificação da atividade da empresa pelas normas de sistema de qualidade e ambiente ISO 9001-2015 e ISO 14001-2015, que a obriga a usar mecanismos de prevenção, análise e tratamento dos riscos associados, assim como estabelecer medidas de contenção adequadas. ----------

-----Quanto aos riscos para a saúde pública, a empresa demonstrou possuir e aplicar mecanismos de prevenção do contágio e propagação de doenças típicas da atividade industrial, nomeadamente na unidade de eclosão dos pintos. Não foi presenciado, mas naturalmente será de esperar também que sejam usados os meios de proteção adequados na unidade de engorda. ----------

-----A proteção do meio ambiente, neste considerados o solo, a atmosfera e lençóis freáticos estará parcialmente acautelada, sendo os impactes minorados através de:----------

-----Construção com ambiente controlado da unidade de eclosão----------

-----Piso em cimento nos pavilhões de engorda e retirada mecânica da camada vegetal com os detritos das aves a cada lote de recria.----------

-----No entanto, não foi possível na visita avaliar outros riscos com impacte muito importante:----------

-----Na unidade de eclosão, não foi possível verificar se a limpeza das instalações, filtros de ar e remoção dos resíduos provenientes da eclosão dos ovos introduz impactes no ambiente, nomeadamente por poeiras e cheiros.-----

-----Na unidade de engorda, estando os pavilhões vazios, não foi possível avaliar o cheiro característico da atividade, sobretudo durante o processo de retirada, deposição e carga da camada vegetal com dejetos. Este processo constitui com certeza a maior fonte de propagação de maus cheiros para o ambiente circundante. Qual o alcance esperado em condições de vento normal e dominante de tais cheiros?----------

-----Um impacte ambiental a considerar com risco elevado é o da contaminação da fauna circundante, no caso do aparecimento de um surto de gripe das aves. De notar que a empresa planeou o lay-out dos pavilhões em ilhas, como forma de tentar limitar os possíveis surtos epidémicos. Como garantir que o ambiente, nomeadamente as aves selvagens, não são afetados?----------

-----Como nota final, suspeito que os postos de trabalho gerados por este projeto andarão muito longe dos anunciados durante a apresentação feita nesta Assembleia.----------

-----Em jeito de conclusão, deixando claro que o projeto é bem-vindo para Mira e que os impactes ambientais devem ser avaliados numa relação custo-benefício, considero relevantes os riscos de maus cheiros sobretudo com impacte nas povoações e unidades de turismo vizinhas e o de contaminação da

fauna cinegética circundante bem como das aves que habitualmente vivem ou visitam as zonas lacustres próximas tais como a Barrinha e a Lagoa. Uma possível solução para este caso, pode passar pela escolha de outro local onde os efeitos dos impactes ambientais não sejam tão gravosos. ----------

-----Seixo de Mira, aos 28 de Abril de 2017 ----------

-----Calisto Coquim"----------

-----Acrescentou ainda que com aquele documento tinha a intenção de contribuir para o debate e uma tomada de decisão capaz. ----------

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que começou por dizer que tinha ficado um pouco baralhado com a intervenção do Sr. Eng.º Rui Terrível porque tinha ficado com a sensação que era o "*PS que estava na aliança mais o PSD no poder da Câmara*". Afirmou que não pretendia avançar para a análise política e muito menos técnica, da qualidade do estrume das galinhas, porque desconhecia o assunto. ----------

-----Face ao exposto disse que gostaria de resumir a sua intervenção à preocupação de cidadão, segundo o próprio, minimamente atento. Era lógico que podiam pensar que era precoce, que podiam estar a pôr em causa a viabilidade do projeto com aquela intervenção, e era legítimo pensar-se nisso, mas o certo era que o assunto tinha que ser discutido naquela fase. Tanto não era precipitado que o assunto já tinha sido apresentado em sessão da Assembleia Municipal, já tinha havido uma visita à "*Lusiaves*".----------

-----Referiu que, de uma breve pesquisa no "*Google*", com as palavras "*aviários e problemas ambientais*", tinham-lhe surgido inúmeras situações, tendo lido o seguinte texto: ----------

-----"Em Tondela populares promovem abaixo-assinado contra maus-cheiros do aviário. ----------

-----Os habitantes da Freguesia de Nandufe, Tondela, estão a promover um abaixo-assinado contra cheiros nauseabundos que dizem sentir há meses,

provenientes de dejetos de galinhas de aviário, cuja empresa responsável já admitiu o erro. (Publicado na página da RTP)." ----------

-----Leu outra notícia do Jornal de Leiria, de dia 23.03.2017, que também dava conta de mau relacionado com a existência de um aviário e de um depósito de estrume da exploração, sendo que o problema persistia havia anos e a sua resolução tardava em chegar, o que considerou preocupante. ----------

-----Mencionou ainda notícias do "*Jornal de Notícias de Vouzela*" e da "*Gazeta das Caldas*". Por fim referiu uma notícia do "*Correio da Manhã*", de 09.02.2015, que considerou ainda mais preocupante, na medida em que poderia ser muito semelhante ao que se projetava para Mira, tendo lido o seguinte texto: ----------

-----"Culpam o aviário de afugentar clientes. ----------

-----Proprietário de hotel queixa-se de cheiro nauseabundo. O funcionamento de um aviário em Guia, Pombal, está a deixar à beira de um ataque de nervos o proprietário do hotel situado nas proximidades, porque os clientes desistem da estadia assim que sentem os maus cheiros provenientes da exploração. A empresa proprietária do aviário diz que as queixas são infundadas e que não existem quaisquer maus-cheiros ou insetos anómalos. A GNR foi chamada ao local e os Guardas constataram que o cheiro nauseabundo era muito intenso e incómodo para toda a população, tendo por isso elaborado um auto de notícia. Quando o vento está do lado da serra é um cheiro que não se aguenta, diz Aníbal dos Santos Claro, proprietário do Hotel "Lagoa do Linho", adiantando que no verão, quando os novos pavilhões, ainda sem licença, receberam as primeiras aves, teve um imenso prejuízo porque os clientes foram embora. (...) ----------

-----O hotel foi construído em 1986 e nessa altura não havia qualquer aviário, conta o queixoso, adiantando que os problemas começaram há 10 anos após a alteração do Plano Diretor Municipal. ----------

-----O aviário pertence ao Grupo "Lusiaves" que garantiu ao "CM" que a empresa tem investido nas melhorias tecnológicas com as novas unidades e integram

sistemas de tratamento de efluentes e de recolha de odores completamente eficazes." ----------

-----Concluiu a sua intervenção manifestando o seu receio, na medida em que não sabia quem estava a dizer a verdade, se o proprietário do aviário, se o do hotel. Por outro lado que não lhe fossem dizer que a garantia do Estudo de Impacto Ambiental resolveria todos os problemas. ----------

-----Nesse contexto afirmou que aquele mesmo aviário, da Quinta de S. Francisco, tinha uma licença ambiental n.º 568/01/2015, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente e que a Avaliação de Impacto Ambiental tinha tido os seguintes pareceres: da DRAP um parecer favorável; da ARHC autorização da utilização dos recursos hídricos; da CCDRC uma Declaração de Impacto Ambiental favorável condicionada, em 13.03.2014. ----------

-----Em suma, disse, que era tudo aquilo que os outros projeto que estavam em elaboração tinham tido. O certo era que não tinha despendido mais de meia hora para encontrar muitas queixas. ----------

-----Acrescentou que não era apologista da desgraça, nem que era aquilo que ia acontecer em Mira, mas, face ao que tinha lido, perguntou se eram ou não legítimos os seus medos. ----------

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. ----------

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): ----------

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por responder ao Sr. Prof. Paulo Grego, uma vez que o documento do Sr. Eng.º Calisto Coquim já era do seu conhecimento e, na sua perspetiva, era mais técnico. ----------

-----Referiu que tinha também já feito aquela pesquisa, portanto tinha aqueles dados, e tinha tido o cuidado de perguntar e ver, o que considerou que o Sr. Prof. Paulo Grego também deveria ter feito de modo a que a discussão fosse mais

correta e leal, nomeadamente a distância a que se encontravam as casas relativamente aos referidos aviários. Por exemplo, no caso de Ansião, que tinha referido, distava 100m (cem metros); o de Tondela, que distava a mais de 2km (dois quilómetros) não era do Grupo "*Lusiaves*"; o de Ansião, que tinha sido uma regularização especial, cujo tratamento era feito a céu aberto, nada tinha que ver com o processo da "*Lusiaves*". Contudo concordou que o assunto teria que ser discutido e a Assembleia Municipal tinha uma palavra a dizer, no momento certo, o que ainda não era o caso. ----------

-----Acrescentou que dois dos marcadores que analisados no Estudo de Impacto Ambiental seriam os cheiros e os ventos predominantes, os quais tinha solicitado aos serviços, depois de ter lido o texto do Sr. Eng.º Calisto Coquim, tendo concluído que "*não era verdade*" o que constava no texto, afirmando que, atendendo aos ventos predominantes, as casas mais próximas situavam-se a mais de três quilómetros. ----------

-----Em termos ambientais, disse que era o primeiro a defender a questão, mas no momento certo, após os pareceres das diversas entidades que teriam que se pronunciar e o próprio Estudo de Impacto Ambiental. Nessa altura, se vissem que havia algum perigo em algum dos marcadores, então podiam desistir. Naquele momento, perguntou, o que iam fazer? Desistir do processo? Tentar outra localização?----------

-----Concluiu a sua intervenção afirmando que havia de chegar o momento em que o Estudo de Impacto Ambiental seria apresentado naquele órgão. Antes disso podiam exigir que viessem à Assembleia Municipal os técnicos que iriam fazer o Estudo de Impacto Ambiental, os técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente, ou mesmo que a própria Quercus acompanhasse o processo, à semelhança do que tinha na "Acquinova". ----------

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para nova ronda de intervenções. ----------

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:----------

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) que cumprimento todos os presentes, sublinhando a presença do público, a quem dirigiu também uma palavra. ----------

-----Começou por referir, que em primeiro lugar, e todos concordariam, Mira precisava de desenvolvimento económico, de projetos, independentemente da área de investimento, porque não era possível escolher os investimentos. os empreendedores procuravam o Concelho e podiam, ou não, criar-lhe condições para que eles se instalassem. ----------

-----Face ao exposto e sendo o desenvolvimento necessário, motivava a que estivessem interessados em que o projeto viessem para Mira. ----------

-----Em segundo lugar, também concordava que era uma fase bastante embrionária do processo, porque com tantas certificações, que esperavam que fossem válidas, estavam à espera do Estudo de Impacto Ambiental e estavam apenas a criar condições para que a empresa pudesse prosseguir os passos seguintes. Se eventualmente qualquer um dos passos falhasse, reservavam-se o direito de cancelar qualquer investimento sem qualquer prejuízo, apenas com algumas alterações de classificação de uso do solo. ----------

-----Em suma, teriam tempo para analisar o processo, acompanhar e verificar os resultados que iriam surgindo, podendo a qualquer momento cancelar a situação. ----------

-----Considerou que o que estava naquele momento ali a ser feito era um pouco "*folclore político*", e iria fazer uma análise política ao contrário do Sr. Prof. Paulo Grego, que tinha dito que o PSD governava com o MAR, mas não era exatamente verdade porque o MAR estando num ponto de independência conseguiam juntar as suas ideias, colaboravam quando achavam que "*tinha que ser*", não estando ligados a nenhuma ideologia política, e quando "*não tinha que ser*" também rejeitavam as ideias. Naquele caso consideravam deixavam clara a sua ideia e votariam a favor, naquela fase, o que não queria dizer que não viessem, noutra fase a votar contra. Mas não fariam como outros, que se

abstinham, o que "*nem era carne, nem era peixe*", para depois poderem "*lavar as mãos, mais tarde*". ----------

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que cumprimentou todos os presentes.----

-----Reportou-se à sua experiência da visita à "*Lusiaves*", sem ciúmes, mas efetivamente apesar de pertencer a um grupo municipal político, gostaria de relatar a experiência pessoal que tinha observado. ----------

-----Afirmou que tinha ficado positivamente agradado com fábrica de ração, que considerou que devia ser um dos investimentos a apoiar, que devia cria cerca de 70 ou 80 postos de trabalho e ficava muito bem no Montalvo. ----------

-----Relativamente à incubadora, parecia-lhe que iria criar cerca de 15 postos de trabalho qualificado, sobretudo engenheiros zootécnicos e agroalimentares, o que também o tinha deixado agradado. ----------

-----Portanto considerou que não devia existir grandes dúvidas em relação às duas unidades que tinha referido. O mesmo não podia dizer relativamente à criação de frangos. Nesse âmbito começou por referir que não tinha percebido o motivo para que 19 pavilhões muito grandes e não haver qualquer tipo de cheiro. Estava tinha dito lavado e limpo, o que não era o que se esperava ver, mas sim um dia de produção normal para que pudessem observar se existia cheiro ou não. Assim não tinham conseguido saber se haveria ou não cheiro, porque estava tudo limpo, o que o deixava apreensivo.----------

-----Quanto ao número de postos de trabalho, disse que tinha ficado surpreendido, onde apenas seriam criados cerca de 15 postos de trabalho, sendo 1 engenheiro e os restantes trabalhadores com qualificações até ao 12.º ano. ----------

-----Concluiu que os primeiros investimentos a que se tinha referido só avançariam se aquele último avançasse, mas talvez fosse naquele último que residia o problema. Quanto à localização da unidade de produção, manifestou as suas dúvidas e ponderou se não ficaria melhor noutro local, em sítio até mais próximo da fábrica de rações, cujos acessos já existiam, referindo-se à área a

seguir à "*Acuinova*", pese embora pudessem ser mais demorado na parte da desafetação das áreas.----------

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que começou por dizer que era apologista de que houvesse diálogo, discussão e que as ideias fossem debatidas, por vezes até era acusado naquele órgão, de as debater demasiado. No entanto considerava que aquele assunto não era menor, mas sim de elevada importância para o futuro do desenvolvimento coletivo do Concelho de Mira e das suas gentes. Por isso considerava que não podia ser analisado "*pela rama*", de forma superficial, como "*alguns*" assim pretendiam. ----------

-----Afirmou mesmo que lhe custava entender como é que alguns Membros da Assembleia pudessem pensar que eram donos da razão ou da verdade. Porque ainda não tinha visto do grupo municipal do Partido Socialista qualquer membro dizer que as suas posições eram as únicas corretas. Simplesmente estavam a dialogar, a discutir e apresentar situações no sítio correto, não de outra forma, e de forma bastante responsável desde o início daquele processo. Inclusivamente, disse, vários Membros da Assembleia, onde se incluiu, tinham mostrado solidariedade perante o Executivo, para que aquele processo fosse bem analisado, porque tinha alguma importância para o Concelho. No entanto, disse, cada vez que colocavam uma questão sobre o processo eram acusados de quererem boicotá-lo. ----------

-----Nesse contexto afirmou que os "*tiques de superioridade*" claramente que tinham vindo do grupo municipal do MAR e não podia deixar passar a situação "*em claro*".----------

-----Quando o Sr. Eng.º André Monteiro dizia que era bastante objetivo nas suas intervenções e que não ia fazer perder tempo a ninguém, mas parecia que os outros Membros da Assembleia iam fazer perder tempo a alguém, o que não acontecia. Os Membros da Assembleia apresentavam-se naquele órgão porque eram eleitos pelo Povo e tinham todo o direito de mostrar as suas opiniões, na